



B-223

CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 455/2017

TÉCNICO EM CONTABILIDADE / GERAL

PROVA OBJETIVA

Leia com atenção as Instruções

1. Você recebeu do fiscal um **cartão de respostas da prova objetiva** e este **caderno de questões** que contém **60 (sessenta) questões objetivas**.
2. É sua responsabilidade verificar se o nome do cargo informado neste **caderno de questões** corresponde ao nome do cargo informado em seu **cartão de respostas**.
3. Você dispõe de **4 (quatro) horas** para realizar a prova, incluindo o preenchimento do **cartão de respostas**.
4. Somente depois de decorrida uma hora do início da prova, o candidato poderá retirar-se da sala de prova em caráter definitivo, obrigatoriamente entregando ao fiscal de sala todo o material de prova recebido.
5. Somente será permitido ao candidato levar seu **caderno de questões** quando faltar uma hora para o término do tempo estabelecido para a prova.
6. É terminantemente vedado copiar respostas, em qualquer fase do concurso público.

7. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala somente poderão ser liberados juntos.
8. Se você precisar de algum esclarecimento, consulte o fiscal.

Somente após autorização para o início da prova:

1. Verifique, neste **caderno de questões**, se a numeração das questões e a paginação estão corretas.
2. Verifique, no **cartão de respostas**, se existem espaços suficientes para a marcação das respostas de todas as **questões objetivas** existentes neste caderno de questões.
3. Transcreva a frase abaixo, utilizando letra cursiva, no espaço reservado no seu **cartão de respostas**.

"Dificuldades preparam pessoas comuns para destinos extraordinários." C S Lewis

Cronograma Previsto - Prova Objetiva

| Atividade | Início | Término |
|--|------------|------------|
| Publicação das Provas Objetivas - Internet | 04/12/2017 | |
| Publicação dos gabaritos preliminares das Provas Objetivas - Internet | | |
| Interposição de Recurso contra os gabaritos preliminares das Provas Objetivas - Internet | 05/12/2017 | 07/12/2017 |

Consulte o cronograma completo em <http://concursos.pr4.ufrj.br>

LINGUA PORTUGUESA**TEXTO 1****DEMOCRACIA E CIDADANIA**

São cinco os princípios da democracia, são cinco e juntos totalmente suficientes. Cada um separado já é uma revolução. Pensar a liberdade, o que acontece em sua falta e o que se pode fazer com sua presença. A igualdade, o direito de absolutamente todos e a luta sem fim para que seja realidade. E assim o poder da solidariedade, a riqueza da diversidade e a força da participação. E quanta mudança ocorre por meio deles.

Se cada um separado quase daria para transformar o mundo, imagine todos eles juntos. O desafio de juntar igualdade com diversidade, de temperar com solidariedade conseguida pela participação. Essa é a questão da democracia, a simultaneidade na realização concreta dos cinco princípios, meta sempre irrealizável e ao mesmo tempo possível de se tentar a cada passo, em cada relação, em cada aspecto de vida.

E sobretudo e acima de tudo coloque o eixo dessa revolução na cidadania, em cada pessoa e em todas. Não no Estado, nem no mercado. Eles não são capazes de dar vida a esses princípios. Essa obra é do homem e da mulher, juntos. O Estado quase sempre mata ou aleija um desses princípios dizendo que se deseja salvar a democracia. Mata um pedaço em nome do todo. O Estado é um animal que precisa ser domesticado. Sem controle da cidadania, logo perde o rumo e faz besteira, corrompe-se e corrompe. O mercado sem o controle da cidadania perde seu gosto pela liberdade e a competição. Entrega-se a uns poucos para servir a minorias.

A maioria das pessoas acredita que a solução dos problemas vem de fora, de algo externo, de alguém ou alguma coisa que fará, por nós e por todos, aquilo que deve ser feito. Uns não sabem viver sem o poder, sem o Estado. Outros não sabem viver sem alguém que manda, o senhor, o padre e o pastor, o empresário, o líder, o patrão. A maioria não sabe viver sem o Estado e o mercado, não sabe viver por si. E esse engano é grande, profundo e perigoso. (...)

Herbert de Souza (Betinho) | Sociólogo
Democracia Viva n° 28, Fevereiro de 1997.

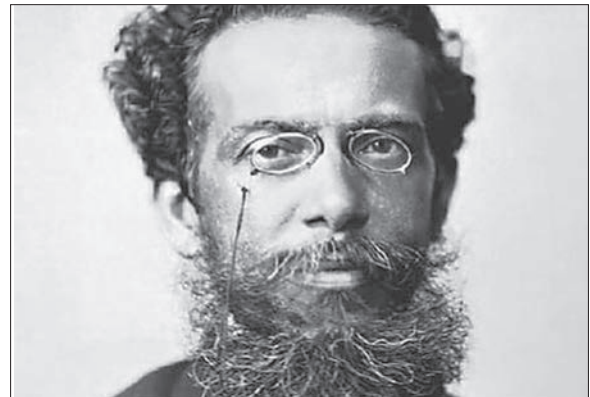
- Assinale a alternativa que apresenta, corretamente, os cinco princípios da democracia destacados por Betinho, no texto dado.
 - Cidadania, pensar a liberdade, a luta sem fim, solidariedade e participação.
 - O poder da solidariedade, liberdade, luta e poder.
 - Igualdade, diversidade, solidariedade, participação e liberdade.
 - Solidariedade, direito, liberdade, cidadania e luta.
 - Igualdade, luta, força, poder e cidadania.
- Quanto ao terceiro parágrafo do texto dado, é correto afirmar que:
 - a revolução no eixo da cidadania está em cada pessoa, apesar do Estado e do mercado.
 - a revolução democrática tem seu eixo cidadão no todo social, capaz de substituir o Estado e o mercado.
 - a cidadania democrática pode revolucionar o Estado e o mercado, se homens e mulheres estiverem juntos.
 - é a ação de homens e mulheres, juntos, que poderá garantir a eficácia dos princípios da democracia.

E) homens e mulheres, juntos, devem excluir o mercado e o Estado da gestão cidadã da democracia.

- Segundo Betinho, o Estado e o Mercado precisam ser controlados pela cidadania, porque:
 - o primeiro tende à corrupção; o segundo, ao monopólio.
 - o primeiro é, por natureza, irresponsável; enquanto o segundo gosta do autoritarismo.
 - o segundo se assemelha ao primeiro no que se refere à competição.
 - este corrompe, enquanto aquele compete.
 - enquanto aquele precisa de liberdade, este defende a corrupção.
- Considerando o estabelecido nas normas gramaticais da língua, em relação ao trecho "A maioria das pessoas acredita que a solução dos problemas vem de fora, (...)", que inicia o último parágrafo do texto dado, pode-se afirmar que se trata de um período:
 - simples.
 - composto com duas orações.
 - composto com três orações.
 - simples com duas orações.
 - composto com uma oração.

TEXTO 2

O texto adiante é um fragmento do artigo **Intelectuais negros e a identidade brasileira**, publicado por Jonas Soares de Souza na revista *Campo & Cidade*. Leia-o, atentamente, e responda às questões 5, 6 e 7.



Machado de Assis

**INTELLECTUAIS NEGROS
E A IDENTIDADE BRASILEIRA**

"Neto de escrava liberta, Joaquim Maria Machado de Assis é o mais famoso e universal dos escritores brasileiros. Mulato de origem humilde, o autor de *Dom Casmurro* foi o primeiro presidente da Academia Brasileira de Letras e, hoje, é reconhecido como escritor de primeira linha da literatura mundial. Alguns intelectuais contemporâneos de Machado de Assis, no entanto, tentavam sublimar suas origens étnicas e o passado humilde para incorporá-lo de corpo e alma ao universo dos brancos.

O escritor Joaquim Nabuco, por exemplo, em uma carta de 1908 adverte o crítico José Veríssimo por ter se referido a Machado como 'mulato', em artigo de homenagem ao escritor recém-falecido. 'Machado para mim era um branco, e creio que por tal se tomava; quando houvesse sangue estranho, isto em nada afetava a sua perfeita caracterização caucásica. Eu pelo menos só via nele o grego'.

Na literatura sobre relações raciais no Brasil existe um consenso de que a integração dos descendentes de africanos à sociedade deu-se pela via do “embranquecimento”, ou pelo que um sociólogo chama de ‘válvula de escape do mulato’, como no caso de Machado de Assis. O “embranquecimento” pode ser entendido como o processo pelo qual indivíduos negros, principalmente intelectuais, eram assimilados às elites nacionais brasileiras. Isso significava uma escalada da pobreza e subordinação baseada no preconceito de cor e na origem escrava em direção ao domínio de classe e cultura das elites predominantemente brancas. (...)”

5. Dentre as alternativas a seguir, assinale a afirmativa correta.
 - A) Joaquim Nabuco sugere que Machado se considerava branco.
 - B) A literatura brasileira comprova o embranquecimento dos escritores mulatos.
 - C) A válvula de escape dos escritores mulatos era sua integração à sociedade.
 - D) Joaquim Nabuco tentou sublimar suas origens étnicas e o seu passado humilde.
 - E) As elites nacionais brasileiras valorizavam os escritores negros ou mulatos.
6. A integração de Machado de Assis à sociedade pela via do “embranquecimento” teria ocorrido, segundo:
 - A) Joaquim Nabuco.
 - B) José Veríssimo.
 - C) um sociólogo.
 - D) Jonas Soares de Souza.
 - E) as elites brancas.
7. Quanto à tipologia textual, pode-se afirmar que no terceiro e último parágrafo do texto dado predomina:
 - A) a descrição.
 - B) a narração.
 - C) a argumentação.
 - D) tanto a descrição quanto a narração.
 - E) menos a argumentação e mais a narração.

TEXTO 3



Conceição Lima

Conceição Lima nasceu, em 1961, na ilha de São Tomé, em São Tomé e Príncipe, país africano de língua portuguesa que se tornou independente de Portugal em 1975, após 500 anos de colonização. Formada pelo King’s College de Londres, Conceição é jornalista e trabalha para a BBC de Londres.

A mão é um de seus mais conhecidos poemas. Leia-o, com atenção, e responda às questões 8, 9 e 10.

A MÃO

Toma o ventre da terra
e planta no pedaço que te cabe
esta raiz enxertada de epítafios.

Não seja tua lágrima a maldição
que sequestra o ímpeto do grão
levanta do pó a nudez dos ossos,
a estilhaçada mão
e semeia

girassóis ou sinos, não importa
se agora uma gota anuncia
o latente odor dos tomateiros
a viva hora dos teus dedos.

8. A intenção poética de **A mão** não está orientada para a ideia de:
 - A) resistência.
 - B) superação.
 - C) coragem.
 - D) confiança.
 - E) prudência.
9. Quanto à classe gramatical das palavras selecionadas pela autora no verso “Não seja tua lágrima a maldição”, é correto afirmar que se tem respectivamente:
 - A) uma conjunção adversativa, um verbo, um pronome possessivo, um substantivo, uma preposição, um substantivo.
 - B) um advérbio de intensidade, um verbo, um pronome demonstrativo, um substantivo, uma preposição, um adjetivo.
 - C) um advérbio, um verbo, um pronome possessivo, um substantivo, um artigo, um substantivo.
 - D) uma conjunção comparativa, um verbo, um pronome possessivo, um substantivo, uma preposição, um substantivo.
 - E) um advérbio de modo, um verbo, um pronome demonstrativo, um substantivo, um artigo, um adjetivo.
10. Sobre o termo em destaque nos versos “se agora uma gota **anuncia** / o latente odor dos tomateiros”, pode-se afirmar que se trata de verbo:
 - A) intransitivo.
 - B) transitivo direto.
 - C) de ligação.
 - D) transitivo indireto.
 - E) auxiliar.

TEXTO 4

Adiante, o célebre conto **Um Apólogo**, de Machado de Assis. Leia-o, com atenção, e responda às questões propostas a seguir.

“UM APÓLOGO

Era uma vez uma agulha, que disse a um novelo de linha:

— Por que está você com esse ar, toda cheia de si, toda enrolada, para fingir que vale alguma coisa neste mundo?

— Deixe-me, senhora.

— Que a deixe? Que a deixe, por quê? Porque lhe digo que está com um ar insuportável? Repito que sim, e falarei sempre que me der na cabeça.

— Que cabeça, senhora? A senhora não é alfinete, é agulha. Agulha não tem cabeça. Que lhe importa o meu ar? Cada qual tem o ar que Deus lhe deu. Importe-se com a sua vida e deixe a dos outros.

— Mas você é orgulhosa.

— Decerto que sou.

— Mas por quê?

— É boa! Porque coso. Então os vestidos e enfeites de nossa ama, quem é que os cose, senão eu?

— Você? Esta agora é melhor. Você é que os cose? Você ignora que quem os cose sou eu e muito eu?

— Você fura o pano, nada mais; eu é que coso, prendo um pedaço ao outro, dou feição aos baba-dos...

— Sim, mas que vale isso? Eu é que furo o pano, vou adiante, puxando por você, que vem atrás obedecendo ao que eu faço e mando...

— Também os batedores vão adiante do impedidor.

— Você é imperador?

— Não digo isso. Mas a verdade é que você faz um papel subalterno, indo adiante; vai só mostrando o caminho, vai fazendo o trabalho obscuro e ínfimo. Eu é que prendo, ligo, ajunto...

Estavam nisto, quando a costureira chegou à casa da baronesa. Não sei se disse que isto se passava em casa de uma baronesa, que tinha a modista ao pé de si, para não andar atrás dela. Chegou a costureira, pegou do pano, pegou da agulha, pegou da linha, enfiou a linha na agulha, e entrou a coser. Uma e outra iam andando orgulhosas, pelo pano adiante, que era a melhor das sedas, entre os dedos da costureira, ágeis como os galgos de Diana — para dar a isto uma cor poética. E dizia a agulha:

— Então, senhora linha, ainda teima no que dizia há pouco? Não repara que esta distinta costureira só se importa comigo; eu é que vou aqui entre os dedos dela, unidinha a eles, furando abaixo e acima...

A linha não respondia; ia andando. Buraco aberto pela agulha era logo enchido por ela, silenciosa e ativa, como quem sabe o que faz, e não está para ouvir palavras loucas. A agulha, vendo que ela não lhe dava resposta, calou-se também, e foi andando. E era tudo silêncio na saleta de costura; não se ouvia mais que o plic-plic-plic-plic da agulha no pano. Caindo o sol, a costureira dobrou a costura, para o dia seguinte. Continuou ainda nessa e no outro, até que no quarto acabou a obra, e ficou esperando o baile.

Veio a noite do baile, e a baronesa vestiu-se. A costureira, que a ajudou a vestir-se, levava a agulha espetada no corpinho, para dar algum ponto necessário. E enquanto compunha o vestido da bela dama, e puxava de um lado ou outro, arregaçava daqui ou dali, alisando, abotoando, acolchetando, a linha para mofar da agulha, perguntou-lhe:

— Ora, agora, diga-me, quem é que vai ao baile, no corpo da baronesa, fazendo parte do vestido e da elegância? Quem é que vai dançar com ministros e diplomatas, enquanto você volta para a caixinha da costureira, antes de ir para o balaio das mucamas? Vamos, diga lá.

Parece que a agulha não disse nada; mas um alfinete, de cabeça grande e não menor experiência, murmurou à pobre agulha:

— Anda, aprende, tola. Cansas-te em abrir caminho para ela e ela é que vai gozar da vida, enquanto aí ficas na caixinha de costura. Faze como eu, que não abro caminho para ninguém. Onde me espetam, fico.

Contei esta história a um professor de melancolia, que me disse, abanando a cabeça:

— Também eu tenho servido de agulha a muita linha ordinária!”

11. Se admitirmos que a história narrada apresenta, em seu nível fundamental, a oposição entre elite e trabalhadores; pode-se considerar que ambos estão, assim, respectivamente, representados no plano da expressão:

- A) a baronesa e a agulha – o novelo, o alfinete e a costureira.
- B) a baronesa – a agulha, o novelo, o alfinete e a costureira.
- C) a baronesa, a agulha e o alfinete – o novelo e a costureira.
- D) a baronesa e o alfinete – a agulha, o novelo e a costureira.
- E) a baronesa e a costureira – a agulha, o novelo e o alfinete.

12. Tendo como referência os elementos que constituem os diversos gêneros textuais, pode-se afirmar que no conto **Um Apólogo** há marcas características de:

- A) fábula.
- B) biografia.
- C) diário.
- D) resenha.
- E) carta.

13. No trecho “— Que cabeça, senhora?”, a vírgula é empregada para:

- A) marcar uma pausa respiratória.
- B) assinalar a separação do aposto “senhora”.
- C) isolar o vocativo “Que cabeça”.
- D) isolar o vocativo “senhora”.
- E) separar o substantivo “senhora” do pronome demonstrativo “Que”.

14. Releia o trecho a seguir e responda à questão proposta.

“Era uma vez uma agulha, que disse a um novelo de linha:

— Por que está você com esse ar, toda cheia de si, toda enrolada, para fingir que vale alguma coisa neste mundo?

— **Deixe-me**, senhora. (...)”

Na frase “— **Deixe-me**, senhora.”, o termo em destaque apresenta:

- A) um pronome oblíquo em posição de mesóclise que se refere à agulha.
- B) um pronome reto em posição de próclise que se refere à agulha.
- C) um pronome oblíquo em posição de próclise que se refere ao novelo de linha.
- D) um pronome reto em posição de ênclise que se refere à agulha.
- E) um pronome oblíquo em posição de ênclise que se refere ao novelo de linha.

15. Se quisermos manter a coesão e a coerência textuais deste período do texto dado “Parece que a agulha não disse nada; **mas** um alfinete, de cabeça grande e não menor experiência, murmurou à pobre agulha: (...)”; pode-se substituir o termo em destaque pela palavra:

- A) porque.
- B) uma vez que.
- C) pois.
- D) entretanto.
- E) onde.

16. Assinale a sequência em que figuram apenas palavras oxítonas.

- A) Há – você.
- B) Elegância – experiência.
- C) Lá – insuportável.
- D) É – ínfimo.
- E) Quê – silêncio.

17. Em relação ao trecho “(...) vai fazendo o trabalho obscuro e **ínfimo**. (...)”, marque a alternativa que apresenta sentido contrário ao do termo destacado.

- A) Minúsculo.
- B) Diminuto.
- C) Desmesurável.
- D) Infinitesimal.
- E) Insignificante.

18. Sobre o termo em destaque na frase “Parece que a agulha não **disse** nada; (...)” é correto afirmar que:

- A) (1) é verbo; (2) é monossílabo e (3) é grafado com “s” dobrado, porque este está entre vogais.
- B) (1) é substantivo; (2) é monossílabo e (3) é grafado com “s” dobrado, porque este é pronunciado com o som do “c” intercalado.
- C) (1) é verbo; (2) divide-se em duas sílabas e (3) é grafado com “s” dobrado, porque este está entre vogais e é pronunciado com o som do “s” inicial.
- D) (1) é verbo; (2) é trissílabo e (3) é grafado com “s” dobrado, porque está flexionado no pretérito perfeito.
- E) (1) é verbo; (2) é polissílabo e (3) é grafado com “s” dobrado, porque está conjugado no pretérito imperfeito.

19. Quanto ao trecho “(...) isto se passava em casa de uma baronesa, que tinha a modista ao pé de si (...)” é correto afirmar que se trata de período:

- A) simples.
- B) com duas orações, composto por coordenação.
- C) composto por coordenação e subordinação.
- D) com duas orações, composto por subordinação.
- E) simples, composto por subordinação.

20. “Buraco aberto pela agulha era logo enchido por **ela**, **silenciosa** e **ativa**, como quem sabe o que faz, e não está para ouvir palavras loucas.”

A concordância entre os termos em destaque no fragmento é:

- A) verbal e em gênero e número.
- B) nominal e apenas em gênero.
- C) verbal e apenas em número.
- D) nominal e apenas em grau.
- E) nominal e em gênero e número.

LEGISLAÇÃO

21. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, uma das formas de provimento de cargo público é a nomeação: ato administrativo que materializa o provimento originário. Sobre a nomeação, pode-se afirmar que:

- A) far-se-á em caráter efetivo, quando se tratar de cargo isolado de provimento efetivo ou de carreira.
- B) far-se-á em comissão, quando se tratar de cargo isolado de provimento efetivo ou em carreira.
- C) far-se-á em caráter efetivo, para cargos de confiança vagos.
- D) a nomeação para cargo de carreira ou cargo isolado de provimento efetivo não depende de prévia habilitação em concurso público.
- E) a nomeação para cargo em comissão depende de prévia habilitação em concurso público de títulos, obedecida a ordem de classificação.

22. Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório, durante o qual sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo. De acordo com a Lei nº 8112/1990, sobre o estágio probatório, é correto afirmar que:

- A) o servidor em estágio probatório não poderá exercer cargos de provimento em comissão ou funções de direção, chefia e assessoramento no órgão ou entidade de lotação.
- B) o servidor em estágio probatório poderá exercer quaisquer cargos de provimento em comissão ou funções de direção, chefia e assessoramento no órgão ou entidade de lotação.
- C) ao servidor em estágio probatório poderá ser concedida licença para tratar de interesses particulares.
- D) ao servidor em estágio probatório não poderá ser concedida licença por motivo de doença em pessoa da família.
- E) o estágio probatório não ficará suspenso durante o afastamento de servidor para servir em organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere.

23. Maria Augusta, servidora investida no cargo de Técnica em Assuntos Educacionais da UFRJ, após 5 (cinco) anos de efetivo exercício, respondeu, pela primeira vez, a processo administrativo disciplinar por ter recusado fé a documentos públicos. Após a conclusão do referido processo, foi aplicada a pena de demissão à servidora. De acordo com a Lei nº 8.112/1990, a pena aplicada a Maria Augusta:

- A) não está correta. Considerando que a servidora não é reincidente, a pena a ser aplicada é a suspensão por 30 (trinta) dias.
- B) não está correta. Considerando que a servidora não é reincidente, a pena a ser aplicada é a suspensão por 90 (noventa) dias.
- C) não está correta. Considerando que a servidora não é reincidente, a pena a ser aplicada é a advertência.
- D) está correta. A lei determina que a pena a ser aplicada é a demissão.
- E) não está correta. Considerando que a servidora é estável, a única pena a ser aplicada é a exoneração.

24. A Lei nº 12.527/2011 regula o acesso à informação na Administração Pública e dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela Administração Pública direta e indireta. Assinale a alternativa que contém, nos termos dessa lei, conduta(s) ilícita(s) que enseja(m) responsabilidade do agente público.
- Agir prudentemente na análise das solicitações de acesso à informação.
 - Assegurar a gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação.
 - Assegurar a proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade.
 - Informar sobre a tramitação de documentos na sua respectiva unidade.
 - Recusar-se a fornecer informação requerida nos termos da lei, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa.
25. O Código de Ética do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal determina que, em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, indireta, autárquica e fundacional, ou em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo poder público, seja criada uma Comissão de Ética, encarregada de aconselhar sobre a ética profissional do servidor. Nos termos do Decreto nº 1.171/1994, que aprova o Código de Ética do Servidor Público, é correto afirmar que:
- não compete à Comissão de Ética conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura.
 - a pena aplicável ao servidor pela Comissão de Ética é a de demissão e sua fundamentação constará do respectivo parecer, assinado por seus integrantes, com ciência do faltoso.
 - a pena aplicável ao servidor pela Comissão de Ética é, em todos os casos analisados, a de advertência e sua fundamentação não constará do respectivo parecer.
 - à Comissão de Ética incube fornecer, aos organismos encarregados da execução do quadro de carreiras dos servidores, os registros sobre a sua conduta ética, para o efeito de instruir e fundamentar promoções e para todos os demais procedimentos próprios da carreira do servidor público.
 - não cabe à Comissão de Ética aplicar pena aos servidores.
26. “Pode-se definir a licitação como o procedimento administrativo pelo qual um ente público, no exercício da função administrativa, abre a todos os interessados, que se sujeitem às condições fixadas no instrumento convocatório, a possibilidade de formularem propostas dentre as quais selecionará e aceitará a mais conveniente para a celebração do contrato.”
(Di Pietro, 2009, p. 350)
- Sobre a licitação na Administração Pública, nos termos da Lei nº 8.666/1993, é correto afirmar que:
- considera-se contrato todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada.
 - o leilão é a modalidade de licitação cabível, qualquer que seja o valor de seu objeto, tanto na compra ou alienação de bens imóveis, como nas concessões de direito real de uso.
 - para a habilitação nas licitações não se exigirá dos interessados a documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista.
 - a licitação será processada e julgada em estrita conformidade com o princípio básico do julgamento subjetivo.
 - nos atos de convocação, é permitido aos agentes públicos admitir cláusulas ou condições que comprometam o caráter competitivo da licitação.
27. “O processo administrativo é o instrumento que formaliza a sequência ordenada de atos e de atividades do Estado e dos particulares a fim de ser produzida uma vontade final da Administração. Tendo em vista a necessidade de uniformizar pelo menos as regras básicas adotadas nos expedientes internos da Administração, foi editada a Lei nº 9.784/1999, destinada a regular os processos administrativos no âmbito da Administração Pública Federal.”
(Filho, 2009, p. 926)
- Sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, nos termos da Lei nº 9.784/1999, é correto afirmar que:
- a Administração não tem o dever de explicitamente emitir decisão nos processos administrativos e sobre solicitações ou reclamações, ainda que a matéria seja de sua competência.
 - são admissíveis no processo administrativo as provas obtidas por meios ilícitos.
 - os interessados têm direito à vista do processo e a obter certidões ou cópias reprográficas dos dados e documentos que o integram, ressalvados os dados e documentos de terceiros protegidos por sigilo ou pelo direito à privacidade, à honra e à imagem.
 - os elementos probatórios não são considerados na motivação do relatório e da decisão.
 - o interessado não poderá desistir total ou parcialmente do pedido formulado, tampouco renunciar a direitos disponíveis.
28. Carla Cristina, servidora pública federal, investida no cargo de Assistente em Administração da UFRJ, completará 12 (doze) meses de efetivo exercício e pretende marcar suas férias no Setor de Recursos Humanos da Universidade. De acordo com a Lei nº 8.112/1990, é correto afirmar que a servidora:
- fará jus a 40 (quarenta) dias de férias, que podem ser acumuladas, até o máximo de 3 (três) períodos, no caso de necessidade do serviço.
 - fará jus a 40 (quarenta) dias de férias, que não podem ser acumuladas.
 - poderá levar à conta de férias qualquer falta ao serviço.
 - não poderá ter suas férias parceladas, tendo em vista que a lei veda o parcelamento do período de férias.
 - poderá parcelar as férias em até três etapas, desde que sejam requeridas por ela e no interesse da administração pública.

29. “ Os direitos sociais encontram-se catalogados nos arts. 6º a 11º da Constituição Federal e estão disciplinados ao longo do texto constitucional. Tais direitos constituem as liberdades positivas, de observância obrigatória em um Estado Social de Direito, tendo por objetivo a melhoria das condições de vida dos hipossuficientes, visando à concretização da igualdade social.”

(Paulo e Alexandrino, 2008, p. 215)

Assinale a alternativa em que constam, nos termos da Constituição Federal de 1988, direitos sociais dos trabalhadores urbanos e rurais.

- A) Repouso semanal não remunerado, preferencialmente aos domingos.
 - B) Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.
 - C) Distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos.
 - D) Remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em 10 (dez) por cento à do normal.
 - E) Diferença de salários por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.
30. Das decisões administrativas, cabe recurso, em face de razões de legalidade e de mérito. Sobre o recurso administrativo, nos termos da Lei nº 9.784/1999, é correto afirmar que:
- A) as organizações e associações representativas não têm legitimidade para interpor recurso administrativo, no tocante a direitos e interesses coletivos.
 - B) será conhecido ainda que interposto perante órgão incompetente.
 - C) da revisão do processo poderá resultar agravamento da sanção.
 - D) será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não reconsiderá-la, irá encaminhá-la à autoridade superior.
 - E) sempre terá efeito suspensivo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. Para fins de verificação do cumprimento dos limites de despesa total com pessoal previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, **NÃO** são computadas as despesas relativas a:

- A) empregados públicos.
- B) ocupantes de mandatos eletivos.
- C) servidores com cargos em comissão.
- D) incentivos à demissão voluntária de servidores.
- E) servidores celetistas.

32. Além do limite máximo para a despesa total com pessoal dos poderes e órgãos da administração pública, a LRF estabeleceu limites intermediários como forma de prevenir que o limite máximo seja ultrapassado. Assinale a alternativa que apresenta uma das consequências do atingimento de 90% do limite máximo da despesa total com pessoal.

- A) Emissão de alerta por parte dos Tribunais de Contas.
- B) Vedação de criação de função pública.
- C) Proibição de alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa.

- D) Impossibilidade de contratação de hora extra.
- E) Provimento de cargo público em caráter emergencial.

33. Um dos pilares da gestão pública fundamenta-se na atividade de controle que tem, entre outras finalidades, a de proporcionar a aplicação adequada dos recursos públicos. Uma das formas de controle previstos na Constituição Federal é o controle interno. No âmbito da administração pública brasileira, o controle interno:

- A) é competência exclusiva do Poder Executivo.
- B) está circunscrito à comprovação da legalidade dos atos.
- C) gera informações de natureza gerencial e confidencial.
- D) deve ser exercido primordialmente por cargos em comissão.
- E) dá suporte às atividades do controle externo.

34. Um dos requisitos para definição de um recurso como ativo é que o mesmo seja controlado pela entidade que reporta. Assinale, entre as opções a seguir, aquela que **NÃO** representa um indicador de controle de recurso por parte de uma entidade.

- A) Propriedade legal do recurso.
- B) Capacidade de restringir o acesso ao recurso.
- C) Inexistência de partes relacionadas.
- D) Existência de direito legítimo ao potencial de serviços advindo do recurso.
- E) Existência de meios que assegurem que o recurso seja utilizado para alcançar os seus objetivos.

35. Após o reconhecimento inicial, diversos fatores podem fazer com que o valor contábil de um ativo não corresponda ao seu valor justo, o que gera a necessidade de acompanhamento periódico para que as demonstrações não apresentem elementos patrimoniais com valores que não sejam fidedignos. Uma das formas de corrigir distorções entre o valor do reconhecimento inicial e o valor justo de um ativo é a reavaliação, que segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao setor Público (MCASP):

- A) pode ter por base o valor de reposição do bem depreciado, no caso de bens imóveis específicos.
- B) gera a necessidade de reavaliação de todos os itens de uma classe de contas do ativo imobilizado.
- C) pode ser feita por meio de relatório de avaliação realizado por uma comissão de servidores.
- D) deve ser realizada ao menos uma vez por ano.
- E) restringe-se aos ativos tangíveis.

36. Ao tratar de procedimentos contábeis patrimoniais, o MCASP define os procedimentos necessários à evidenciação das variações patrimoniais, sejam elas decorrentes ou não da execução orçamentária. Um dos procedimentos refere-se à redução ao valor recuperável de ativos. De acordo com o MCASP, este procedimento:

- A) pode substituir o reconhecimento sistemático da depreciação dos itens do ativo imobilizado.
- B) é aplicado quando o valor recuperável de um ativo é maior que seu valor contábil.

- C) gera uma contrapartida direta no patrimônio líquido da entidade.
- D) precisa ser baseado em fontes externas de informação.
- E) pode ser aplicado a ativos tangíveis e intangíveis.

Leia atentamente o texto a seguir e responda às questões 37 e 38.

Uma entidade do setor público adquiriu uma frota com cinco veículos para uso nas atividades de fiscalização a seu cargo. A entidade tem a política de substituir os veículos após 200.000 km rodados (em média cinco anos) e, por isso, optou por reconhecer a depreciação com base no método das unidades produzidas (km percorridos). Os veículos foram adquiridos por R\$ 50.000 cada um e a entidade estima que o valor residual corresponde a 10% do valor de aquisição de cada veículo. Ao final do primeiro ano de uso, cada veículo percorreu uma média de 36 mil km.

37. O valor depreciável da frota é de:

- A) R\$ 200.000,00
- B) R\$ 275.000,00
- C) R\$ 205.000,00
- D) R\$ 225.000,00
- E) R\$ 250.000,00

38. Considerando os dados apresentados e sabendo que no segundo ano de uso cada veículo percorreu uma média de 40 mil km, o valor contábil líquido da frota representa:

- A) R\$ 139.500,00
- B) R\$ 155.000,00
- C) R\$ 130.000,00
- D) R\$ 180.000,00
- E) R\$ 164.500,00

39. A natureza subjetiva de certas transações requer o uso de julgamento para o adequado tratamento contábil, que deve primar pela essência sobre a forma legal. Assinale a alternativa que apresenta a característica qualitativa diretamente associada à primazia da essência sobre a forma, para reconhecimento de elementos patrimoniais.

- A) Representação fidedigna.
- B) Relevância.
- C) Compreensibilidade.
- D) Materialidade.
- E) Comparabilidade.

40. As demonstrações contábeis aplicadas ao setor público fornecem uma gama de informações que subsidiam a aplicação e o controle dos recursos públicos. Assinale a opção que nomeia corretamente as demonstrações que permitem confrontar a disponibilidade financeira de uma entidade e sua variação de um exercício para o outro.

- A) Balanço orçamentário e balanço financeiro.
- B) Balanço orçamentário e balanço patrimonial.
- C) Balanço patrimonial e balanço financeiro.
- D) Balanço orçamentário e demonstração dos fluxos de caixa.
- E) Balanço financeiro e demonstração das variações patrimoniais.

41. Com base no disposto no art. 14 da Lei nº 8.429/1992, que trata da representação para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) Qualquer pessoa poderá representar a autoridade administrativa competente.
- B) A autoridade administrativa rejeitará a representação, em despacho fundamentado, se esta não contiver as formalidades necessárias.
- C) A representação conterà a indicação das provas de que tenha conhecimento.
- D) A representação conterà as informações sobre o fato e sua autoria.
- E) A representação poderá ser verbal e anônima para salvaguardar o denunciante.

42. A Guia de Recolhimento da União (GRU) é um dos documentos instituídos pelo Ministério da Fazenda para recolhimento das receitas de órgãos, fundos, autarquias, fundações e demais entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social. Considerando as características dos tipos e as modalidades de pagamento da GRU informados no sítio do Tesouro Nacional, assinale a alternativa correta.

- A) A GRU simples tem limite de valores, podendo ser utilizada para recolhimento de no mínimo R\$ 100,00.
- B) O serviço de impressão da GRU Simples é disponibilizado pela Secretaria do Tesouro Nacional somente na versão Página WEB.
- C) A GRU simples não dispõe do campo Código de Recolhimento.
- D) A GRU simples não é compensável, podendo ser paga apenas no Banco do Brasil.
- E) A GRU simples não pode ser emitida por meio dos sítios de órgãos públicos arrecadadores, mesmo quando estes assim o desejarem.

43. De acordo com a Lei nº 8.666/1993, fraudar, em prejuízo da Fazenda Pública, licitação instaurada para aquisição ou venda de bens ou mercadorias, ou contrato dela decorrente, entregando uma mercadoria por outra, prevê pena de:

- A) suspensão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.
- B) detenção, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.
- C) advertência formal e multa.
- D) detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos, e multa.
- E) suspensão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, sem multa.

44. O documento emitido no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI que permite registrar eventos contábeis não vinculados a documentos específicos é a Nota de:

- A) Lançamento de Dotação.
- B) Movimentação de Empenho.
- C) Movimentação Bancária.
- D) Lançamento Contábil.
- E) Lançamento por Evento.

45. De acordo com os itens da NBC TSP Estrutura Conceitual que fazem considerações e tratam da importância do orçamento público, assinale a alternativa **INCORRETA**.
- A) No Brasil, a Constituição não exige a elaboração do orçamento anual.
 - B) O governo e outras entidades do setor público elaboram orçamentos.
 - C) A legislação brasileira define o que a peça orçamentária deve conter.
 - D) A sociedade fiscaliza a gestão das entidades públicas diretamente, respaldada pela Constituição.
 - E) O orçamento aprovado é utilizado como base para a definição dos níveis de tributação e de outras receitas.
46. Com base nos Procedimentos Contábeis Orçamentários da 7ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o princípio orçamentário que determina que a Lei Orçamentária Anual de cada ente federado deverá conter todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público é o do(a):
- A) exclusividade.
 - B) universalidade.
 - C) unidade ou totalidade.
 - D) orçamento bruto.
 - E) não vinculação da receita.
47. Assinale a opção que nomeia corretamente, de acordo com a Lei nº 4.320/64, a fase da despesa pública que consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
- A) Liquidação.
 - B) Empenho.
 - C) Pagamento.
 - D) Fixação.
 - E) Provisão.
48. De acordo com a Parte Geral da 7ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a qualidade que possibilita aos usuários identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos é representada pela seguinte característica qualitativa da informação contábil:
- A) compreensibilidade.
 - B) representação fidedigna.
 - C) relevância.
 - D) verificabilidade.
 - E) comparabilidade.
49. Com base nos Procedimentos Contábeis Patrimoniais da 7ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o código a ser utilizado no elemento de despesa para classificar uma Despesa de Exercício Anterior é o:
- A) 18
 - B) 20
 - C) 30
 - D) 92
 - E) 39
50. De acordo com a Constituição Federal de 1988, a Lei _____ é uma iniciativa do _____ e disporá sobre as alterações na legislação tributária. A alternativa que preenche corretamente as lacunas da frase anterior é:
- A) do Plano Plurianual; Poder Legislativo.
 - B) de Diretrizes Orçamentárias; Poder Legislativo.
 - C) de Diretrizes Orçamentárias; Poder Executivo.
 - D) Orçamentária Anual; Poder Legislativo.
 - E) Orçamentária Anual; Poder Executivo.
51. De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, em seu art. 50, além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, a escrituração das contas públicas deve observar que:
- A) a assunção de compromisso será registrada segundo o regime de caixa, apurando-se, em caráter complementar, o resultado dos fluxos financeiros pelo regime de competência.
 - B) a disponibilidade de caixa constará de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma conjunta.
 - C) as demonstrações contábeis compreenderão, isolada e conjuntamente, as transações e operações da administração indireta, autárquica e fundacional, excluindo empresa estatal dependente.
 - D) a demonstração das variações patrimoniais dará destaque à origem e ao destino dos recursos provenientes da aquisição de ativos.
 - E) as receitas e despesas previdenciárias serão apresentadas em demonstrativos financeiros e orçamentários específicos.
52. Sobre o controle externo, no âmbito da administração pública, é correto afirmar que o mesmo será:
- A) exercido diretamente pelo Poder Legislativo, com a finalidade de fiscalização somente contábil, financeira e orçamentária dos órgãos da administração direta e indireta.
 - B) exercido pelo Poder Legislativo, com auxílio do Tribunal de Contas, com a finalidade de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos da administração direta e indireta.
 - C) exercido pelo Poder Legislativo, com auxílio do Tribunal de Contas, com a finalidade de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial somente dos órgãos da administração direta.
 - D) exercido pelo Poder Legislativo, com auxílio do Tribunal de Contas, com a finalidade de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial somente dos órgãos da administração indireta.
 - E) mantido pelos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário com a finalidade de avaliar o cumprimento de metas, comprovar a legalidade quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração pública.

- 53.** A entidade pública ao elaborar e apresentar suas demonstrações contábeis deve aplicar a NBC TSP 03 ao contabilizar as provisões, os passivos contingentes e os ativos contingentes, se:
- forem relacionados a tributos.
 - sobre a renda e congêneres.
 - decorrente de contratos de seguros.
 - referente a provisões para descontinuidade de operações.
 - referente a provisões de contratos a executar não onerosos.
- 54.** A Norma Brasileira de Contabilidade – NBC T 16.10, que trata da avaliação e mensuração de ativos e passivos, define como procedimento de adoção inicial para a entidade que adotar as normas aplicadas ao setor público reconhecer os estoques, imobilizados e intangíveis pelo:
- custo médio ponderado ou valor atual.
 - custo ou valor justo.
 - valor de mercado ou valor justo.
 - valor recuperável ou valor de mercado.
 - custo ou valor presente.
- 55.** De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC T 16.11, as informações de custos descritas nesta norma podem subsidiar a elaboração de relatórios de custos, como Demonstração:
- do Resultado Econômico.
 - do Resultado do Exercício.
 - do Resultado Abrangente.
 - das Variações Patrimoniais.
 - do Fluxo de Caixa.
- 56.** Conforme o exposto na norma NBC TSP 02, que tem como objetivo “descrever o tratamento contábil das receitas provenientes de transações e eventos com contraprestação”, é correto afirmar que:
- trata de receitas de contratos de arrendamento mercantil.
 - o ganho decorrente da venda de itens do ativo imobilizado é tratado pela norma.
 - as receitas devem ser mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida.
 - receitas decorrentes de alterações, no valor justo, de ativos e passivos financeiros estão contempladas nesta norma.
 - receitas obtidas com extração de recursos minerais.
- 57.** Assinale a opção em que consta o demonstrativo que tem a finalidade de atender às demandas da sociedade, possibilitando analisar como as políticas adotadas provocaram alterações no patrimônio público.
- Demonstração das Variações Patrimoniais.
 - Demonstração do Fluxo de Caixa.
 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.
 - Balanço Financeiro.
 - Balanço Orçamentário.
- 58.** O lançamento apresentado se refere à contratação de operação de crédito, sendo que ele está incompleto.
- | | | |
|---|-----------------|--------------------|
| D | 6.2.1.1.x.xx.xx | Receita a Realizar |
| C | 6.2.1.2.x.xx.xx | Receita Realizada |
- Para o correto registro deste fato contábil é necessário que também sejam realizados os seguintes lançamentos:
- debitar Caixa e Equivalente de Caixa (P) e creditar Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo; e debitar Controle da Disponibilidade de Recursos e creditar Disponibilidade por Destinação de Recursos.
 - debitar Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo e creditar Caixa e Equivalente de Caixa (F); e debitar Controle da Disponibilidade de Recursos e creditar Disponibilidade por Destinação de Recursos.
 - debitar Caixa e Equivalente de Caixa (F) e creditar Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo; e debitar Controle da Disponibilidade de Recursos e creditar Disponibilidade por Destinação de Recursos.
 - debitar Caixa e Equivalente de Caixa (F) e creditar Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo; e debitar Disponibilidade por Destinação de Recursos e creditar Controle da Disponibilidade de Recursos.
 - debitar Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo e creditar Caixa e Equivalente de Caixa (P); e debitar Controle da Disponibilidade de Recursos e creditar Disponibilidade por Destinação de Recursos.
- 59.** A identificação no nível de consolidação para as operações decorrentes de transação entre uma entidade que pertence ao OFSS de um ente público e uma empresa estatal independente é realizada da seguinte forma:
- será identificada no nível de consolidação com o dígito 2.
 - será identificada no nível de consolidação com o dígito 1.
 - INTER OFSS – x.x.x.x.3.xx.xx.
 - INTRA OFSS – x.x.x.x.2.xx.xx.
 - será identificada no nível de consolidação com – x.x.x.x.3.xx.xx.
- 60.** Conforme a NBC TSP 04, quando os estoques, em um ente público, são mantidos com o objetivo de serem consumidos no processo produtivo de bens a serem distribuídos gratuitamente, devem ser mensurados:
- pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor.
 - pelo seu valor justo.
 - pelo menor valor entre custo corrente de reposição e valor justo.
 - pelo menor valor entre o custo e o custo corrente de reposição.
 - pelo valor realizável líquido ou pelo valor justo, dos dois o menor.



UFRJ
